

ÍNDICE SISTEMÁTICO

CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL

Capítulo 1 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	3
1.1. Estrutura do Decreto-Lei n. 4.657/1942	3
1.2. Conceito da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB).....	3
1.3. Direito objetivo e direito subjetivo	3
1.4. Fontes do Direito	4
1.4.1. Existência ou inexistência de lacuna na lei	5
1.5. Vigência da lei.....	6
1.6. Eficácia das leis.....	9
1.7. Revogação e derrogação da lei.....	9
1.8. Repristinação.....	10
1.9. Integração ou colmatação da lei.....	12
1.10. Aplicação e interpretação das normas jurídicas.....	16
1.11. Conflito das leis no tempo.....	19
1.12. Direito internacional privado	22
1.13. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.....	26
1.14. Fluxograma 1 e fluxograma de súmulas.....	30
Breve suma	32
 Capítulo 2 – Das Pessoas.....	 33
2.1. Das pessoas naturais: da personalidade e da capacidade	33
2.1.1. Personalidade.....	33
2.1.1.1. Momento de aquisição da personalidade jurídica	34
2.1.1.2. Registro civil das pessoas naturais	42
2.1.2. Capacidade	42
2.1.2.1. Capacidade de direito, de gozo ou jurídica	42
2.1.2.2. Capacidade de fato, de exercício ou de ação.....	43
2.1.2.3. Capacidade plena.....	43
2.1.3. Da incapacidade.....	43

2.1.3.1. Os absolutamente incapazes	45
2.1.3.2. Os relativamente incapazes	53
2.1.3.3. Questões processuais.....	56
2.1.4. Emancipação	57
2.1.5. Extinção da pessoa física.....	59
2.1.6. Comoriência.....	62
2.2. Direitos da personalidade.....	63
2.2.1. Teoria do direito da personalidade.....	63
2.2.2. A tutela dos direitos da personalidade.....	69
2.2.3. O direito fundamental da identidade	84
2.2.3.1. Nome civil.....	84
2.2.4. A proteção do nome	89
2.2.5. Da proteção da imagem.....	91
2.2.6. Proteção da privacidade da pessoa natural.....	100
2.3. Da ausência.....	110
2.3.1. A morte presumida com a declaração de ausência (diferente da regra do art. 7º do Código Civil de 2002)	110
2.4. Fluxograma 2	113
Breve suma	117
Capítulo 3 – Pessoas Jurídicas	119
3.1. Personalidade.....	137
3.2. Espécies	146
3.2.1. Associações	150
3.2.2. Sociedades	153
3.2.3. Fundações.....	155
3.2.4. Organizações religiosas e partidos políticos	157
3.2.5. Empreendimentos de economia solidária.....	158
3.2.6. Sociedades de economia mista.....	159
3.2.7. Empresas públicas	159
3.2.8. Serviços sociais autônomos	159
3.3. Responsabilidade civil da pessoa jurídica.....	159
3.3.1. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno	159
3.3.2. Representação	160
3.4. Extinção da pessoa jurídica.....	160
3.5. Entes ou grupos despersonalizados	161
3.6. Fluxograma 3	162
Breve suma	164
Capítulo 4 – Domicílio.....	165
4.1. Fluxograma 4	169
Breve suma	170

Capítulo 5 – Bens	171
5.1. Classificação dos bens	172
5.1.1. Bens considerados em si mesmos	174
5.1.1.1. Dos bens imóveis	174
5.1.1.1.1. Bem de família	175
5.1.1.1.1.1. O bem de família de acordo com a jurisprudência	177
5.1.1.2. Dos bens móveis	188
5.1.1.3. Dos bens fungíveis e consumíveis	189
5.1.1.4. Dos bens divisíveis	189
5.1.1.5. Dos bens singulares e coletivos	190
5.1.2. Dos bens reciprocamente considerados	191
5.2. Dos bens públicos	196
5.3. Fluxograma 5	201
Breve suma	205
Capítulo 6 – Fatos Jurídicos, Ato Jurídico, Negócio Jurídico	207
6.1. Explicação sobre a classificação dos fatos jurídicos	208
6.1.1. Validade do negócio jurídico	210
6.1.2. Elementos essenciais do negócio jurídico	210
6.2. Da representação	216
6.3. Elementos acidentais: condição, termo e encargo	217
6.3.1. Condição	217
6.3.2. Termo	219
6.3.3. Encargo ou modo	220
6.4. Vícios do negócio jurídico	221
6.4.1. Dos vícios de consentimento	221
6.4.1.1. Erro	221
6.4.1.2. Dolo	225
6.4.1.3. Coação	226
6.4.1.4. Estado de perigo	228
6.4.1.5. Da lesão	230
6.4.2. Dos vícios sociais	232
6.4.2.1. Fraude contra credores	232
6.4.2.2. Simulação	236
6.5. Invalidade do negócio jurídico	239
6.6. Fluxograma 6	242
Breve suma	246
Capítulo 7 – Da Prescrição e da Decadência	247
7.1. Prescrição	247
7.1.1. Da Prescrição Intercorrente	270

7.2. Direito intertemporal. Prescrição e decadência. Aplicação às hipóteses de redução e aumento de prazos.....	275
7.3. Decadência	277
7.4. Fluxograma 7	280
Breve suma	280
Capítulo 8 – Da Prova.....	281
8.1. Dos meios de prova	281
8.2. Da confissão	281
8.3. Dos documentos	282
8.4. Da testemunha	284
8.5. Da Perícia.....	285
8.6. Fluxograma 8	287
Breve suma	288

Código Civil: Parte Especial

Capítulo 9 – Direito das Obrigações.....	291
9.1. Conceito	291
9.2. Elementos da relação obrigacional	291
9.3. Obrigação de pagamento de dívida prescrita.....	292
9.4. Obrigação de pagamento de dívida de jogo	292
9.5. Fontes das obrigações.....	293
9.6. Características das obrigações.....	294
9.7. Classificação das obrigações.....	294
9.7.1. Obrigação civil e natural.....	294
9.7.2. Obrigação <i>propter rem</i> (por causa do bem)	294
9.7.3. Obrigação de meio.....	298
9.7.4. Obrigação de resultado	299
9.7.5. Obrigações de garantia.....	300
9.7.6. Obrigações puras, condicionais, a termo e modais.....	300
9.7.7. Obrigação de dar	300
9.7.7.1. Coisa certa.....	300
9.7.7.2. Coisa incerta.....	304
9.7.8. Obrigação de fazer	305
9.7.8.1. Diferenças entre obrigações de fazer fungíveis e infungíveis...	305
9.7.9. Obrigações de não fazer.....	306
9.7.10. Obrigação cumulativa ou conjuntiva	307
9.7.11. Obrigações alternativa e facultativa.....	307
9.7.11.1. Inadimplemento da obrigação alternativa.....	308
9.7.12. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	309

9.7.12.1. A regra do cuncursu partes fiunt na obrigação divisível....	309
9.7.12.1.1. Espécies de divisibilidade.....	310
9.7.12.1.2. Espécies de indivisibilidade.....	310
9.7.13. Obrigação solidária.....	311
9.7.13.1. Da solidariedade ativa	313
9.7.13.2. Da solidariedade passiva	315
9.7.13.3. Da obrigação solidária mista	317
9.8. Da transmissão das obrigações.....	317
9.8.1. Da cessão de crédito	317
9.8.2. Da assunção de dívida (cessão de débito)	320
9.8.3. Da cessão de contrato.....	322
9.9. Do adimplemento das obrigações.....	322
9.9.1. Efeito principal do pagamento ou adimplemento	324
9.9.2. Modalidades	324
9.9.3. Natureza jurídica do pagamento.....	325
9.9.4. Requisitos de validade do pagamento.....	325
9.9.5. Daqueles a quem se deve pagar.....	325
9.9.6. O objeto e a prova do pagamento	326
9.9.7. Elementos para a quitação	329
9.9.8. Lugar do pagamento	330
9.9.9. Tempo do pagamento	330
9.10. Formas especiais/indireto de pagamento.....	332
9.10.1. Pagamento em consignação.....	332
9.10.2. Pagamento com sub-rogação	335
9.10.3. Imputação do pagamento	337
9.10.4. Dação em pagamento	338
9.10.4.1. Requisitos para a dação.....	339
9.11. Da extinção das obrigações sem a ocorrência do pagamento	340
9.11.1. Novação.....	340
9.11.1.1. Requisitos	340
9.11.1.2. Espécies	341
9.11.2. Compensação	343
9.11.2.1. Pressupostos da compensação	343
9.11.2.2. Espécies.....	343
9.11.3. Confusão	345
9.11.4. Remissão das dívidas.....	345
9.12. Outros casos da extinção da obrigação sem o pagamento	346
9.13. Contratos típicos que geram a extinção das obrigações	346
9.13.1. Transação	346
9.13.2. Compromisso	347
9.14. Do inadimplemento das obrigações.....	347
9.14.1. Da mora.....	350

9.14.2. Dos juro legalis.....	356
9.14.3. Da cláusula penal.....	361
9.14.3.1. Cláusula penal compensatória	362
9.14.3.2. Cláusula penal moratória.....	362
9.14.3.3. Limitação da cláusula penal	365
9.15. Das arras ou sinal	367
9.15.1. Espécies	368
9.15.1.1. Arras confirmatórias.....	368
9.15.1.2. Arras penitenciais.....	370
9.15.1.3. Arras assecuratórias.....	375
9.16. Fluxograma 9	376
Breve suma	377
Capítulo 10 – Teoria Geral dos Contratos.....	379
10.1. Conceito.....	379
10.2. Elementos do contrato	379
10.3. Requisitos de validade.....	379
10.4. Classificação.....	380
10.5. Princípios contratuais	382
10.5.1. Princípio da autonomia privada.....	382
10.5.2. Princípio da obrigatoriedade da convenção (<i>pacta sunt servanda</i>) ..	386
10.5.3. Princípio da relatividade dos efeitos dos contratos.....	387
10.5.4. Princípio da função social.....	388
10.5.4.1. Eficácias interna e externa.....	391
10.5.5. Princípio da boa-fé.....	392
10.5.5.1. Funções tríplice da boa-fé	397
10.5.5.2. Figuras parcelares.....	397
10.5.5.2.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	397
10.5.5.2.2. <i>Supressio</i>	402
10.5.5.2.3. <i>Surrectio</i>	404
10.5.5.2.4. <i>Tu quoque</i>	404
10.5.5.2.5. <i>Duty to mitigate the loss</i>	407
10.5.5.2.6. <i>Adimplemento substancial</i>	409
10.5.6. Princípio da interpretação mais favorável ao aderente.....	415
10.5.7. Tópicos relevantes.....	426
10.5.7.1. A nulidade de cláusula que renuncie antecipadamente ao direito da parte.....	426
10.5.7.2. A licitude de realizações de contratos atípicos	427
10.5.7.3. A proibição da <i>pacta corvina</i>	428
10.5.7.4. Diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público.....	429

10.6. Formação dos contratos no Código Civil.....	430
10.6.1. Negociações preliminares ou fase de pontuação ou tratativas	430
10.6.2. Fase de proposta.....	430
10.6.3. Contrato preliminar	432
10.6.4. Contrato definitivo.....	433
10.7. Formação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor	433
10.8. A via eletrônica. Um contrato entre presentes ou ausentes?	439
10.9. Da estipulação em favor de terceiro	443
10.10. Da promessa de fato de terceiro	444
10.11. Do contrato com pessoa a declarar	445
10.12. Vícios redibitórios	446
10.13. Evicção	450
10.13.1. Partes na evicção	452
10.13.2. Evicção de coisa adquirida em hasta pública	452
10.14. Contratos aleatórios.....	456
10.15. Extinção do contrato.....	458
10.15.1. Distrato	458
10.15.2. Cláusula resolutiva	460
10.15.3. Exceção de contrato não cumprido	460
10.15.4. Onerosidade excessiva	462
10.16. Fluxograma 10	468
10.16.1. Fluxograma 10-A	469
Breve suma	471
Capítulo 11 – Contratos em Espécie.....	473
11.1. Compra e venda.....	473
11.1.1. Conceito.....	473
11.1.2. Natureza jurídica.....	474
11.1.3. Elementos constitutivos.....	475
11.1.4. As despesas e riscos do contrato.....	477
11.1.5. Restrições à compra e venda.....	478
11.1.6. Regras especiais da compra e venda	481
11.1.7. Cláusulas especiais ou pactos adjetos.....	484
11.1.8. Fluxograma 11	490
11.2. Troca ou permuta.....	491
11.2.1. Conceito.....	491
11.2.2. Natureza jurídica.....	491
11.2.3. Fluxograma 11-A.....	493
11.3. Contrato estimatório.....	494
11.3.1. Conceito.....	494
11.3.2. Natureza jurídica.....	494
11.3.3. Efeitos e regras	494
11.3.4. Fluxograma 11-B.....	495

11.4. Doação	496
11.4.1. Conceito	496
11.4.2. Natureza jurídica	496
11.4.3. Espécies de doação	497
11.4.4. Revogação da doação	503
11.4.5. Hipóteses de irrevogabilidade por ingratidão	504
11.4.6. Fluxograma 11-C	505
11.5. Locação de coisas	506
11.5.1. Conceito	506
11.5.2. Natureza jurídica	506
11.5.3. Pressupostos	506
11.5.4. Dos deveres do locador	507
11.5.5. O direito potestativo da redução proporcional do aluguel ou a resolução do contrato	507
11.5.6. Dos deveres do locatário	507
11.5.7. Locação por prazo determinado	509
11.5.8. Aluguel pena	509
11.5.9. A aquisição do bem por terceiro e a cláusula de vigência	510
11.5.10. A sucessão na locação	510
11.5.11. Indenização pelas benfeitorias	510
11.5.12. A locação na Lei n. 8.245/91	511
11.5.12.1. Ações inquilinárias ou locatícias	517
11.5.12.1.1. Conceito	517
11.5.12.1.2. Lei do Inquilinato: aspectos gerais	518
11.5.12.1.3. Espécies	518
11.5.12.1.3.1. Ação de despejo	518
11.5.12.1.3.2. Ação consignatória de aluguéis e acessórios na locação	526
11.5.12.1.3.3. Ação revisional de aluguel	529
11.5.12.1.3.4. Ação renovatória de contrato	536
11.5.13. Fluxograma 11-D	540
11.5.13.1. Fluxograma 11-E	541
11.6. Empréstimo	545
11.6.1. Aspectos gerais	545
11.6.2. Do comodato (empréstimo de uso)	545
11.6.2.1. Conceito	545
11.6.2.2. Natureza jurídica	545
11.6.2.3. Legitimação para celebrar o contrato	546
11.6.2.4. Prazo determinado e indeterminado	546
11.6.2.5. Obrigações do comodatário e o chamado aluguel pena	546
11.6.2.6. Responsabilidade do comodatário	547

11.6.2.7. Despesas do contrato.....	547
11.6.2.8. A solidariedade no contrato	547
11.6.3. Do mútuo (empréstimo de consumo)	547
11.6.3.1. Conceito	547
11.6.3.2. Natureza jurídica	548
11.6.3.3. A transferência da coisa.....	548
11.6.3.4. Mútuo feito a pessoa menor	548
11.6.3.5. A garantia no mútuo e a <i>exceptio non rite adimpleti contractus</i>	549
11.6.3.6. O mútuo feneratício ou mercantil e a limitação de juros	549
11.6.3.7. Prazo para a realização do pagamento do mútuo	551
11.6.4. Fluxograma 11-F.....	552
11.7. Da prestação de serviço	554
11.7.1. Conceito.....	554
11.7.2. Natureza jurídica.....	554
11.7.3. Objeto do contrato	554
11.7.4. A remuneração (a não presunção de gratuidade)	555
11.7.5. Prazo máximo de duração do contrato.....	555
11.7.6. Resilição do contrato	555
11.7.7. Inexecução do contrato.....	556
11.7.8. Amplitude do contrato	556
11.7.9. Responsabilidade pela ruptura culposa do contrato	556
11.7.10. Perdas e danos.....	556
11.7.11. A declaração formal da dissolução do contrato	558
11.7.12. Exigência de capacitação	558
11.7.13. Formas de extinção do contrato	558
11.7.14. Aliciamento do prestador de serviço.....	558
11.7.15. Alienação do prédio agrícola e suas consequências.....	560
11.7.16. Fluxograma 11-G.....	561
11.8. Empreitada	563
11.8.1. Conceito.....	563
11.8.2. Natureza jurídica.....	563
11.8.3. Espécies	563
11.8.4. Deveres e direitos do dono da obra	565
11.8.5. Responsabilidade do empreiteiro.....	565
11.8.6. Subempreitada. O que é?	568
11.8.7. Fluxograma 11-H.....	569
11.9. Depósito.....	570
11.9.1. Conceito.....	570
11.9.2. Natureza jurídica	570
11.9.3. Modalidades	570

11.9.4. Direitos e deveres do depositário	571
11.9.5. Direitos e deveres do depositante	572
11.9.6. Da prisão do depositário infiel	572
11.9.7. Extinção do depósito	572
11.9.8. Fluxograma 11-I.....	573
11.10. Do mandato.....	574
11.10.1. Conceito.....	574
11.10.2. Natureza jurídica.....	574
11.10.3. Espécies	575
11.10.4. Submandato	577
11.10.5. Obrigações do mandatário	577
11.10.6. Obrigações do mandante	579
11.10.7. Extinção do contrato.....	579
11.10.8. Fluxograma 11-J.....	581
11.11. Contrato de comissão	582
11.11.1. Conceito.....	582
11.11.2. Natureza jurídica.....	582
11.11.3. Espécies	582
11.11.4. Obrigações do comissário.....	582
11.11.5. Remuneração	583
11.11.6. Fluxograma 11-K	585
11.12. Contrato de agência e distribuição	586
11.12.1. Conceito.....	586
11.12.2. Natureza jurídica.....	586
11.12.3. Obrigação e Remuneração do agente ou distribuidor	586
11.12.4. Extinção do contrato.....	587
11.12.5. Fluxograma 11-L.....	588
11.13. Contrato de corretagem	589
11.13.1. Conceito.....	589
11.13.2. Natureza Jurídica.....	589
11.13.3. Espécies	590
11.13.4. Obrigações e remuneração do corretor	590
11.13.5. Fluxograma 11-M	595
11.14. Contrato de transporte.....	596
11.14.1. Conceito.....	596
11.14.2. Natureza jurídica.....	596
11.14.3. Regras do contrato de transporte.....	597
11.14.4. O transporte de pessoas	602
11.14.5. Do transporte de coisas	607
11.14.6. Fluxogramas 11-N e 11-O.....	611
11.15. Contrato de seguro	614
11.15.1. Conceito e a sua função de socializar riscos.....	614

11.15.2. Natureza jurídica.....	615
11.15.3. Regras do contrato.....	616
11.15.4. Do seguro de dano.....	644
11.15.5. Do seguro de pessoa.....	656
11.15.6. Fluxograma 11-P.....	688
11.16. Contrato de fiança.....	689
11.16.1. Conceito.....	689
11.16.2. Natureza jurídica.....	690
11.16.3. Seus efeitos e regras.....	692
11.16.4. Extinção da fiança.....	696
11.16.5. Fluxograma 11-Q.....	699
11.17. Contrato de transação.....	701
11.17.1. Conceito.....	701
11.17.2. Natureza Jurídica.....	701
11.17.3. Espécies.....	701
11.17.4. Efeitos.....	701
11.17.5. Fluxograma 11-R.....	703
11.18. Contrato de compromisso.....	704
11.18.1. Conceito.....	704
11.18.2. Natureza Jurídica e Espécies.....	704
11.18.3. Fluxograma 11-S.....	705
11.19. Contrato de administração fiduciária de garantias.....	706
Breve suma.....	707
Capítulo 12 – Da Responsabilidade Civil.....	713
12.1. Conceito.....	713
12.2. Pressupostos.....	713
12.2.1. Ato ilícito.....	713
12.2.1.1. Espécies.....	714
12.2.2. Culpa.....	714
12.2.2.1. Espécies de culpa <i>stricto sensu</i>	715
12.2.3. Dano.....	719
12.2.3.1. Espécies.....	719
12.2.3.1.1. Dano material.....	719
12.2.3.1.1.1. Dano emergente e lucro cessante.....	720
12.2.3.1.2. Perda de uma chance.....	721
12.2.3.1.3. Dano incerto.....	723
12.2.3.1.4. Dano material futuro.....	723
12.2.3.1.5. Dano moral.....	723
12.2.3.1.5.1. Formas de fixação.....	728
12.2.3.1.5.1.1. Compensatória.....	728
12.2.3.1.5.1.2. Punitiva.....	729

12.2.3.1.5.1.2.1. <i>Punitive damages</i>	729
12.2.3.1.5.2. Dano moral direto e o indireto ou ricochete...	734
12.2.3.1.5.3. Dano moral à pessoa jurídica.....	737
12.2.3.1.5.4. Dano moral e a Súmula n. 385 do STJ	739
12.2.3.1.5.5. A não possibilidade de incidência de Imposto de Renda.....	747
12.2.3.1.5.6. Dano moral coletivo e social. Diferenças. Posicionamento da jurisprudência do STJ.....	747
12.2.3.1.5.7. Prova do dano moral	756
12.2.3.1.5.8. A quantificação dos danos morais.....	765
12.2.3.1.6. Dano estético e sua natureza extrapatrimonial...	768
12.2.4. Nexo causal	771
12.2.4.1. Concorrências de causas	774
12.3. O risco	775
12.4. Responsabilidade por ato próprio	790
12.5. Responsabilidade por ato de outrem ou responsabilidade indireta.....	794
12.5.1. Independência das responsabilidades civil e criminal	808
12.6. Responsabilidade por fato da coisa ou do animal.....	811
12.7. Responsabilidade nas relações de família	813
12.8. Responsabilidade do transportador	820
12.8.1. Responsabilidade pelas pessoas e bagagens	821
12.8.2. Excludentes de responsabilidade.....	823
12.9. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor	825
12.9.1. Elementos.....	825
12.9.1.1. Elementos subjetivos.....	825
12.9.1.1.1. Consumidor	825
12.9.1.1.2. Consumidor equiparado	829
12.9.1.1.3. Fornecedor	829
12.9.1.2. Elementos objetivos da relação de consumo.....	831
12.9.2. Modalidades de responsabilidade civil	832
12.9.2.1. A ocorrência do vício do produto e do serviço.....	832
12.9.2.2. A ocorrência de fato do produto e do serviço.....	840
12.9.3. Inversão do ônus da prova.....	853
12.9.4. Juízo competente para a propositura da ação indenizatória por fato e por vício	856
12.10. Responsabilidade civil do Estado.....	858
12.10.1. Denúnciação da lide. Possibilidade ou não?.....	860
12.11. Responsabilidade civil por danos ambientais.....	883
12.12. Excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade.....	887
12.12.1. Estado de necessidade	887
12.12.2. Legítima defesa.....	887

12.12.3. Exercício regular do direito.....	888
12.12.4. Caso fortuito e força maior	889
12.12.5. Culpa exclusiva da vítima	897
12.12.6. Fato de terceiro	898
12.12.7. Cláusula de não indenizar.....	899
12.13. Fluxograma 12	901
Breve suma	903
Capítulo 13 – Direito das Coisas	905
13.1. Direitos reais	905
13.1.1. Teorias	905
13.1.2. Princípios que regem os direitos reais.....	906
13.2. Posse.....	907
13.2.1. Teorias	908
13.2.2. Detenção	910
13.2.3. Diferença da transmutação para a interversão da posse	912
13.2.4. Composse ou compossessão	914
13.2.5. Espécies de posse.....	915
13.2.6. Aquisição e perda da posse	919
13.2.6.1. Modos de aquisição	919
13.2.6.2. Quem pode adquirir a posse.....	921
13.2.6.3. Sucessão hereditária	921
13.2.6.4. Perda da posse	922
13.2.7. Efeitos da posse.....	924
13.2.7.1. A proteção possessória.....	924
13.2.7.1.1. Legítima defesa ou desforço imediato	924
13.2.7.1.2. Ações possessórias: manutenção de posse; reintegração de posse; interdito proibitório....	925
13.2.7.1.2.1. Da manutenção e da reintegração de posse...	926
13.2.7.1.2.1.1. Requisitos	926
13.2.7.1.2.2. O interdito proibitório	928
13.2.7.1.2.2.1. Requisitos	928
13.2.7.1.2.3. A possibilidade de outros interditos possessórios	928
13.2.7.1.3. Aspectos relevantes das ações possessórias	930
13.2.7.2. A percepção dos frutos.....	938
13.2.7.3. A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	938
13.2.7.4. A indenização pelas benfeitorias e o direito de retenção.....	938
13.3. Da propriedade	940
13.3.1. Características do direito de propriedade.....	943

13.3.2. Função social do direito de propriedade	943
13.3.3. Fundamento jurídico do direito de propriedade	946
13.3.4. Extensão da propriedade	946
13.3.5. Limitações da propriedade	947
13.3.6. Da descoberta.....	947
13.3.7. Aquisição da propriedade imóvel	947
13.3.7.1. A Usucapião	948
13.3.7.1.1. Espécies.....	954
13.3.7.2. Aquisição pelo registro imobiliário.....	968
13.3.7.3. Acesso.....	970
13.3.7.4. Direito hereditário	972
13.3.8. Aquisição da propriedade móvel	972
13.3.8.1. Usucapião	972
13.3.8.2. Ocupação.....	972
13.3.8.3. Achado de tesouro.....	973
13.3.8.4. Tradição	973
13.3.8.4.1. Espécies.....	973
13.3.8.5. A venda a <i>non domino</i>	973
13.3.8.6. Direito hereditário	973
13.3.8.7. Especificação	973
13.3.8.8. Confusão, comistão e adjunção.....	974
13.3.9. Perda da propriedade	974
13.4. Direitos de vizinhança.....	979
13.4.1. Natureza jurídica do direito.....	979
13.4.2. Os direitos em si.....	979
13.4.2.1. Do uso anormal da propriedade	979
13.4.2.2. Das árvores limítrofes.....	981
13.4.2.3. Da passagem forçada	981
13.4.2.4. Da passagem de cabos e tubulações.....	982
13.4.2.5. Das águas.....	983
13.4.2.6. Dos limites entre os prédios e do direito de tapagem.	986
13.4.2.7. Do direito de construir	987
13.5. Do condomínio geral.....	990
13.5.1. Espécies disciplinadas no Código Civil	990
13.5.2. Quanto à origem.....	991
13.5.3. Quanto à forma	991
13.5.4. Quanto ao objeto.....	991
13.5.5. Direitos e deveres dos condôminos.....	991
13.5.6. Extinção do condomínio.....	992
13.5.7. Administração do condomínio.....	992
13.5.8. Do condomínio necessário.....	992
13.6. Do condomínio edilício.....	993

13.6.1. Natureza jurídica.....	993
13.6.2. Característica	993
13.6.3. Instituição do condomínio.....	994
13.6.4. Constituição do condomínio	994
13.6.5. Condômino nocivo e a disposição legal	1004
13.6.6. Estrutura interna do condomínio	1006
13.6.7. Administração do condomínio.....	1006
13.7. Condomínio de lotes, Loteamento de Acesso Controlado e Condomínio urbano Simples	1015
13.8. Condomínio em multipropriedade (arts. 1.358-B a 1.358-U do CC).....	1022
13.9. Da propriedade resolúvel (análise da propriedade <i>ad tempus</i>).....	1028
13.10. Da propriedade fiduciária	1029
13.10.1. Direitos e obrigações do fiduciante	1030
13.10.2. Obrigações do credor fiduciário.....	1031
13.10.3. Procedimento	1032
13.10.4. Aplicação do art. 53 do Código de Defesa do Consumidor. Cláusula de decaimento.....	1032
13.10.5. Vedação do pacto comissório.....	1034
13.11. Do fundo de investimento (arts. 1.368-C a 1.368-F, do CC)	1040
13.12. Da propriedade aparente.....	1042
13.13. Direitos reais limitados	1043
13.13.1. Da superfície.....	1043
13.13.1.1. Extinção do direito de superfície	1045
13.13.2. Da servidão	1046
13.13.2.1. Características	1048
13.13.2.2. Espécies.....	1048
13.13.2.3. Do exercício das servidões.....	1049
13.13.2.4. Extinção das servidões.....	1050
13.13.3. Do usufruto	1051
13.13.3.1. Diferenças para outros institutos.....	1052
13.13.3.2. Espécies.....	1053
13.13.3.3. Dos direitos do usufrutuário.....	1054
13.13.3.4. Dos deveres do usufrutuário	1055
13.13.3.5. Extinção do usufruto.....	1056
13.13.4. Do uso	1058
13.13.5. Da habitação	1062
13.13.5.1. Espécies de direito real de habitação.....	1062
13.13.6. Direito do promitente comprador	1064
13.13.6.1. Extinção do compromisso	1067
13.13.7. Da enfiteuse	1067
13.13.7.1. Extinção	1068
13.14. Direitos reais de garantia sobre coisa alheia	1069

13.14.1. Os direitos reais de garantia apresentados pelo Código Civil	1071
13.14.1.1. Requisitos de validade para a constituição do direito real de garantia	1071
13.14.1.2. Os bens que podem ser dados como garantia	1072
13.14.1.3. Princípios dos direitos reais de garantia	1072
13.14.2. O estudo do penhor	1074
13.14.2.1. Espécies	1075
13.14.2.2. Dos direitos do credor pignoratício	1078
13.14.2.3. Das obrigações do credor pignoratício	1079
13.14.2.4. Da extinção do penhor	1079
13.14.3. Hipoteca	1080
13.14.3.1. Características	1081
13.14.3.2. Requisitos	1081
13.14.3.3. Modalidades	1082
13.14.3.4. A possibilidade da venda de um bem hipotecado	1085
13.14.3.5. Pluralidade de hipotecas	1085
13.14.3.6. A hipoteca e a necessidade de outorga conjugal	1089
13.14.3.7. Direito de remição	1090
13.14.3.8. A hipoteca para garantia de dívida futura ou condicionada e extensão da hipoteca	1090
13.14.3.9. A extinção da hipoteca	1093
13.14.4. Anticrese	1096
13.14.4.1. Modalidades de se executar a garantia anticrética	1097
13.14.4.2. Extinção da anticrese	1097
13.15. Do Direito Real de Laje	1098
13.16. Da imissão provisória na posse	1100
13.17. Fluxograma 13	1103
13.17.1. Fluxograma 13-A	1104
13.17.2. Fluxograma 13-B	1107
13.17.3. Fluxograma 13-C	1109
Breve suma	1111
Capítulo 14 – Direito das Famílias	1113
14.1. Sua visão constitucional	1113
14.2. Princípios	1114
14.2.1. De proteção à dignidade da pessoa humana	1114
14.2.2. Princípio da solidariedade	1115
14.2.3. Da igualdade entre os cônjuges e companheiros	1117
14.2.4. Princípio da igualdade entre o homem e a mulher	1117
14.2.5. Princípio da proibição de interferência	1118
14.2.6. Princípio do melhor interesse da criança	1118
14.2.7. Princípio da afetividade	1125
14.2.8. Princípio da função social	1136

14.3.	O direito de família: direito público ou privado?.....	1137
14.4.	O conceito ampliado de família.....	1138
14.5.	O casamento.....	1148
14.5.1.	Natureza jurídica	1149
14.5.2.	Pressupostos	1149
14.5.3.	Da capacidade para o casamento	1150
14.5.4.	Causas impeditivas do matrimônio	1154
14.5.5.	Causas suspensivas do matrimônio.....	1155
14.5.6.	Esponsais.....	1156
14.5.7.	Habilitação para o casamento.....	1156
14.5.8.	Da celebração do casamento	1158
14.5.9.	Casamento nos casos de moléstia grave	1159
14.5.10.	O casamento nuncupativo (<i>in extremis vitae</i>)	1159
14.5.11.	O casamento pode ocorrer por procuração?	1160
14.5.12.	Casamento religioso e seus efeitos civis.....	1160
14.5.13.	Casamento perante a autoridade consular	1161
14.5.14.	Invalidade do matrimônio.....	1162
14.5.15.	O casamento putativo.....	1168
14.5.16.	Das provas do casamento.....	1169
14.5.17.	Da eficácia do casamento.....	1170
14.5.18.	Regime de bens.....	1176
14.5.18.1.	Do pacto antenupcial	1179
14.5.18.2.	Da classificação dos regimes.....	1180
14.5.18.2.1.	Do regime da comunhão parcial de bens	1180
14.5.18.2.2.	Do regime de comunhão universal	1184
14.5.18.2.3.	Regime de participação final nos aquestos.....	1186
14.5.18.2.4.	Do regime da separação de bens.....	1186
14.5.19.	Da dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Análise da Emenda Constitucional n. 66/10.....	1189
14.5.19.1.	Modalidades de separação (antes do advento da Emenda Constitucional n. 66/10).....	1190
14.5.19.2.	O divórcio	1193
14.6.	Da proteção da pessoa dos filhos.....	1212
14.7.	Da união estável	1226
14.7.1.	Os efeitos da união estável	1239
14.8.	Relações de parentesco.....	1247
14.8.1.	O parentesco.....	1247
14.8.2.	Filiação.....	1251
14.8.3.	Do reconhecimento dos filhos	1265
14.8.4.	Da adoção.....	1272
14.8.5.	Poder familiar	1288
14.8.5.1.	Do exercício do poder familiar	1289
14.8.5.2.	Da suspensão do poder familiar.....	1290

14.8.6. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores.....	1298
14.9. Dos alimentos.....	1301
14.9.1. Alimentos gravídicos.....	1304
14.9.2. Requisitos para a prestação de alimentos.....	1308
14.10. Do bem de família.....	1332
14.11. Do direito assistencial: Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada.....	1337
14.11.1. Da tutela.....	1337
14.11.2. Da curatela.....	1343
14.11.2.1. Da curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física.....	1346
14.11.3. Da Tomada de Decisão Apoiada.....	1347
14.12. Alterações processuais no direito das famílias.....	1350
14.13. Fluxograma 14.....	1351
Breve suma.....	1356
Capítulo 15 – Do Direito das Sucessões.....	1359
15.1. Introdução.....	1359
15.2. Da herança e sua administração.....	1366
15.3. Da vocação hereditária.....	1372
15.4. Da aceitação e da renúncia da herança.....	1374
15.5. Dos excluídos da sucessão.....	1377
15.6. Da herança jacente.....	1382
15.7. Da petição da herança.....	1383
15.8. Da sucessão legítima.....	1385
15.8.1. Da ordem da vocação hereditária.....	1385
15.8.1.1. Dos herdeiros necessários.....	1398
15.8.1.2. Direito de representação.....	1401
15.9. Da sucessão testamentária.....	1403
15.9.1. Da capacidade de testar.....	1406
15.9.2. Do testamento.....	1407
15.9.2.1. Características do testamento.....	1407
15.9.2.2. Das formas ordinárias do testamento.....	1408
15.9.2.2.1. Do testamento público.....	1409
15.9.2.2.2. Do testamento cerrado.....	1410
15.9.2.2.3. Do testamento particular ou hológrafo.....	1410
15.9.3. Dos codicilos.....	1412
15.9.4. Dos testamentos especiais.....	1413
15.9.4.1. Do testamento marítimo e do aeronáutico.....	1413
15.9.4.2. Do testamento militar.....	1414
15.9.5. Das disposições testamentárias.....	1414
15.9.6. Dos legados.....	1418

15.9.6.1. Modalidades.....	1418
15.9.6.2. Da responsabilidade pelo pagamento do legado	1418
15.9.6.3. Da caducidade dos legados.....	1418
15.9.7. Do direito de acrescer entre os herdeiros e legatários	1419
15.9.8. Das substituições.....	1420
15.9.8.1. Da substituição vulgar.....	1420
15.9.8.2. Da substituição recíproca	1421
15.9.8.3. Da substituição fideicomissária.....	1421
15.9.8.3.1. Figurantes do fideicomisso	1421
15.9.9. Da deserdação	1423
15.9.10. Da redução das disposições testamentárias	1424
15.9.11. Da revogação do testamento.....	1424
15.9.12. Do rompimento do testamento	1425
15.9.13. Do testamenteiro.....	1425
15.10. Do inventário e da partilha	1427
15.10.1. Conceito de inventário.....	1427
15.10.1.1. O inventariante.....	1427
15.10.1.2. Espécies de inventário	1428
15.10.1.3. Legitimados.....	1436
15.10.2. Dos sonogados.....	1436
15.10.3. Do pagamento das dívidas.....	1437
15.10.4. Da colação.....	1438
15.10.5. Da partilha.....	1441
15.10.5.1. Da anulação da partilha	1443
15.11. Alterações processuais no direito das sucessões.....	1443
15.12. Fluxograma 15	1447
Breve suma	1451
Bibliografia.....	1453